

## Coluna do Castelo

### Da paciência do presidente

**I**rritação e mau humor explicam, desde domingo, a atitude do presidente José Sarney transferido para data não marcada seu previsto encontro com o deputado Ulysses Guimarães, que anunciara à imprensa haver pressa em concluir a reforma ministerial. O presidente não quer ainda discutir os nomes dos dois novos ministros que pretende nomear como conclusão da reforma e de qualquer forma deseja evitar que versões políticas lhe afetem a autoridade. Dizem os assessores do sr José Sarney que sua impaciência com as versões, que ganharam a imprensa do domingo, chegou ao limite.



Ainda ontem não figurava na agenda presidencial qualquer encontro com o presidente do PMDB. Na realidade os encontros do presidente da República e do presidente da Constituinte independem de agenda e ocorrem ao sabor do interesse e da conveniência de ambos, quando considerados oportunos. O sr Ulysses Guimarães, que recebeu segunda à noite o ministro Bresser Pereira, também não estaria ansioso por apressar uma nova discussão com o sr José Sarney sobre reformas e mandatos. Ele, ao contrário das expectativas, nada fez para transferir a data da reunião da bancada do seu partido convocada para hoje. Ou nada fez ou nada pôde.

Mas a temperatura política baixou ontem visivelmente em parte por iniciativa do sr Ulysses Guimarães, que, indo a São Paulo para um encontro exclusivo com o governador Orestes Quércia, afastou a idéia do que se chama de "diretas já", definindo-se por um mandato de cinco anos (o governador prefere seis anos), mas sobretudo por considerar inoportuno o exame de uma questão quando no momento a prioridade está no trabalho dos constituintes e na elaboração da nova Constituição. Dela, como se sabe, dependerá a definição do mandato e das funções do presidente da República e a tendência é atribuir ao sr José Sarney o mesmo mandato que for adotado como regra no novo texto constitucional.

No Nordeste a reunião dos governadores careceu de dramaticidade e lá não se discutiu a duração do mandato presidencial. As opiniões se dividem, mas todos, salvo o representante do governador de Alagoas, são contrários a atitudes precipitadas. Quanto à crítica ao programa anunciado pelo ministro Bresser Pereira, o chefe do Gabinete Civil, ministro Costa Couto, propôs um encontro dos governadores com o ministro da Fazenda a realizar-se em local e data a serem ajustados. O encontro tanto pode ser em Brasília como no Nordeste. O ministro Costa Couto pretende contribuir para dar um rumo racional ao debate político, quebrando-lhe o ímpeto. Sua missão é definida pelo seu principal assessor como tentar o desarmamento dos espíritos, convencendo a todos e a cada um que há tempo de plantar, de cultivar e de colher. O fruto que ele espera colher é a paz e a estabilização.

Quanto às chamadas "diretas já", prossegue uma mobilização dos grupos partidários radicais, ajudados pelo radicalismo fisiológico de setores descontentes do PMDB. A expressão "diretas já" é falsificação, montada na tentativa de projetar em 1987 a emoção que mobilizou o povo brasileiro em 1984 pela adoção da eleição direta. A eleição direta está consagrada no texto constitucional. Na verdade, a campanha, para ganhar autenticidade, deveria ser pela "eleição já", pois a direta é o óbvio. Dificilmente, porém, a verdade política abrirá seu caminho na cabeça dos radicais que esperam líder mais com dados emocionais do que racionais.

Não há, na realidade, meio hábil de antecipar a eleição do sucessor do presidente José Sarney. A Constituinte somente poderá fazê-lo depois de, elaborado o texto constitucional, examinar o assunto nas disposições transitórias. Embora haja quem conteste a autoridade da assembléia para tomar tal decisão, é óbvio que politicamente os partidos que dominam a maioria ditarão a decisão a que se conformará o presidente da República, cujo papel se extingue com a conclusão da transição democrática. Logicamente, depois da Constituição e contemplado o tempo necessário para desincompatibilizações, realização de convenções e período de propaganda eleitoral, será inevitável a fixação de uma data para escolha do sucessor.

No final a decisão ficará menos por conta do sr José Sarney do que por conta dos interesses conflitantes dos candidatos à sucessão presidencial. Cada um deles tem a sua data predileta, independentemente dos interesses da República ou do destino do atual governo. Assim como todos os presidenciais são contrários ao regime parlamentarista, que lhes mataria o sonho no nascedouro, eles não se entendem quanto à data da sua conveniência para sinalizar o fim do governo do presidente José Sarney.

Por hoje e por mais alguns dias a agitação para antecipação de eleições foi descartada no âmbito dos grandes partidos e dos governadores que influem no processo decisório. Ele será levado avante em investidas dos grupos radicais que esperam crescer explorando o descontentamento popular que se vai difundindo e de alguns que por revanche esperam causar o maior dano possível ao governo atual.

Carlos Castello Branco